



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração em Recurso de Agravo em Embargos de Declaração em Apelações nº 0311500-8

Embargante: Clínica de Imagem Médica de Pernambuco

Embargado: Banco Banorte S/A em Liquidação

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

Relator Substituto: Juiz Márcio Fernando de Aguiar Silva

EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ACÓRDÃO EMERGENTE DO JULGAMENTO DE APELAÇÃO. OMISSÕES INOCORRENTES. INEXISTÊNCIA DE ERROR IN PROCEDENDO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DEVIDAMENTE ENFRENTADA. RECURSO REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Esclareça-se que, conforme consta na decisão de fls. 274/280, as apelações interpostas nos autos da Ação de Execução (Ap. nº 0311497-6) tinham o mesmo objeto dos apelos constantes nos autos dos Embargos do Devedor, restando prejudicada, portanto, a apreciação daquelas, sendo suficiente o julgamento dos recursos constantes no processo nº 001.1999.621334-30 (Embargos à Execução), haja vista que repercutiriam, automaticamente, nos autos da ação de execução. *Error in procedendo* inexistente.

2. A decisão terminativa que deu provimento ao recurso da exequente/embargada, confirmada pela 4ª Câmara Cível por ocasião do julgamento do Recurso de Agravo, pronunciou-se acerca dos títulos extraviados do processo executivo, assim como sobre a alegação de que o exequente não teria se desincumbido de provar o adimplemento da contraprestação, não havendo o que integrar no acórdão recorrido.

3. Ademais, é pacífico no Superior Tribunal de Justiça que "O órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão" (EDcl nos EDcl no MS 14.604/DF, Rel. Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, julgado em 09/11/2011).

4. Embargos rejeitados à unanimidade de votos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração em Recurso de Agravo em Embargos de Declaração em Apelação Cível nº 0621334-30.1999.8.17.001 (0311500-8), em que figura como embargante Clínica de Imagem Médica de Pernambuco e como embargado Banco Banorte S/A em Liquidação, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos em REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO na conformidade do relatório e do voto, que integram este aresto.

Recife, 25 de setembro de 2014.

Juiz Márcio Aguiar
Relator Substituto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração em Recurso de Agravo em Embargos de Declaração em Apelação nº 0311500-8

Embargante: Clínica de Imagem Médica de Pernambuco

Embargado: Banco Banorte S/A em Liquidação

Relator: Des. Jones Figueirêdo Alves

Relator Substituto: Juiz Márcio Fernando de Aguiar Silva

RELATÓRIO:

Cuida-se de Embargos de Declaração interpostos contra o acórdão proferido no Recurso de Agravo em Embargos de Declaração em Apelação Cível nº 0311500-8, em que o embargante, Clínica de Imagem Médica de Pernambuco, alega ter ocorrido omissão.

Inicialmente, aduz o recorrente que não poderia ter sido julgado conjuntamente o "Agravo intentado objetivando o julgamento do Recurso de Apelação nos Embargos à Execução com o Recurso interposto perante a sentença proferida no processo executivo" (fl. 367).

No mais, reitera os argumentos dos recursos anteriores, no sentido de que os títulos extraviados do processo executivo estavam em posse do banco exequente, tendo em vista que foram juntadas aos autos cópias autenticadas em cartório no dia 17/11/1999, ou seja, no mesmo dia em que a secretaria do juízo atestou o desaparecimento do contrato de empréstimo e da nota promissória a ele correlata. Teria havido, portanto, omissão em relação à data de autenticação dos aludidos documentos.

Demais disso, sustenta, novamente, em repetição das razões de recursos anteriores, que o extrato de fl. 85 do processo executivo foi juntado aos autos de forma extemporânea, razão pela qual não se pode considerar devidamente instruída a ação de execução.

Pugna ao final pelo provimento dos presentes aclaratórios com a consequente reforma da decisão monocrática para acatar integralmente a razão recursal expendida.

Não acolhendo esta Relatoria a insurgência da ora recorrente, coloco o processo em mesa, para julgamento.

É o relatório, em suma.

VOTO:

Para melhor compreensão da questão trazida, tenha-se o acórdão hostilizado:



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

2
410
12

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSOS DE AGRAVO LEGAL EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO. DECISÃO QUE DEU PROVIMENTO AO APELO DA EMBARGADA PARA, NOS TERMOS DO ART. 557, §1º-A DO CPC, ANULAR SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO EXECUTIVO, DETERMINADO O REGULAR PROCESSAMENTO DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. EXECUÇÃO DE CONTRATO DE MÚTUO E NOTA PROMISSÓRIA VINCULADA. DESAPARECIMENTO DOS TÍTULOS EXECUTIVOS NA VARA DE ORIGEM. DECLARAÇÃO DO CHEFE DE SECRETARIA ATESTANDO A TROCA DOS DOCUMENTOS POR ACÚMULO DE SERVIÇO. TÍTULOS QUE SE APRESENTAM POR CÓPIA. POSSIBILIDADE, SEGUNDO JURISPRUDÊNCIA DO STJ. EXISTENTE PROVA DO DEPÓSITO DA QUANTIA E DEMONSTRATIVO DE ATUALIZAÇÃO DA DÍVIDA. AÇÃO DE EXECUÇÃO REGULARMENTE INSTRUÍDA. EXISTÊNCIA DE APELAÇÃO ADESIVA DO EMBARGANTE VISANDO A MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO PREJUDICADO FRENTE À NULIDADE DA SENTENÇA E AO RETORNO DOS AUTOS À INSTÂNCIA DE ORIGEM. AGRAVO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Em conformidade com o disposto no §1º-A do art. 557 do CPC, é permitido ao relator dar provimento, monocraticamente, a recurso em manifesto confronto com a jurisprudência de Tribunal Superior. Tal sistemática visa apenas desafogar as pautas dos tribunais, possibilitando, assim, maior rapidez nos julgamentos que, de fato, necessitem de apreciação do órgão colegiado. Precedente STJ.
2. Na hipótese dos autos, atesta a Chefe de Secretaria da Vara o desaparecimento dos títulos que instruíram a ação de execução, informando, ainda, que, "por lapso e acúmulo de serviços", foram juntados ao processo uma cópia de um contrato de arrendamento mercantil e um instrumento procuratório, ambos estranhos à lide.
3. Restou demonstrado que a ausência do título não decorreu de inércia do exequente, tendo desaparecido do processo quando este se encontrava em poder da Secretaria do Juízo. A alegação dos executados/embargantes no sentido de que os originais estariam em poder do exequente não merece guarida. Tal insinuação não encontra respaldo no contexto fático probatório, nem é coerente com a condição de ser o exequente o principal interessado na localização dos documentos.
4. A jurisprudência do Superior Tribunal Justiça vem admitindo, excepcionalmente, a instrução do processo executivo com a cópia do

mf



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

3

título na situação em que este não se sujeita à circulação ou, mesmo, em decorrência do seu desaparecimento. Precedentes.

5. Provada a existência do negócio, através da cópia do título e a disponibilização do crédito em favor da executada/embargante, bem como presente o demonstrativo de atualização, no qual consta, expressamente, o valor da dívida, a data de vencimento e os encargos incidentes, configura-se regularmente instruída, a princípio, a ação de execução, razão pela qual deve ser anulada a sentença que extinguiu o feito executivo sem análise do mérito.
6. Por decorrência lógica deste julgado, resta prejudicada a apreciação do Recurso Adesivo interposto, porquanto se limita à majoração dos honorários advocatícios devidos à parte embargante/executada.
7. À unanimidade, negou-se provimento aos Agravos.

Pois bem.

Sabemos que somente se justifica o manejo dos embargos de declaração nos contornos definidos no art. 535 do Código de Ritos, com o escopo de expungir ou afastar do provimento jurisdicional eventuais obscuridades, contradições ou ainda suprir omissão sobre ponto acerca do qual se impunha pronunciamento.

Na hipótese dos autos, não se verificam as omissões apontadas. A decisão impugnada abordou toda a matéria de forma coerente, nos limites em que foi posta em Juízo.

Primeiramente, é de se ter em conta que, ao contrário do que aduz o embargante, não foram julgados conjuntamente o "Agravado intentado objetivando o julgamento do Recurso de Apelação nos Embargos à Execução com o Recurso interposto perante a sentença proferida no processo executivo", inexistindo qualquer *error in procedendo*.

Esclareça-se que, conforme consta na decisão de fls. 274/280, as apelações interpostas nos autos da Ação de Execução (Ap. nº 0311497-6) tinham o mesmo objeto dos apelos constantes nos autos dos Embargos do Devedor, restando prejudicada, portanto, a apreciação daquelas, sendo suficiente o julgamento dos recursos constantes no processo nº 001.1999.621334-30 (Embargos à Execução), haja vista que repercutiriam, automaticamente, nos autos da ação de execução.

Demais disso, como bem ressaltado no *decisum* vergastado, consta, nos autos da ação executória, a informação de fl. 110, exarada pela Chefe de Secretaria, atestando que foram, por equívoco, juntados aos autos do processo cópias de um contrato de arrendamento mercantil e um instrumento procuratório, ambos estranhos à lide, tendo desaparecido os títulos executivos que instruíram a inicial.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

Consta no aludido documento a seguinte declaração: "Informa esta Secretaria, que por lapso e acúmulo de serviços, um dos funcionários, que não sabe informar 'quem', fez a troca da referida petição". Fica, portanto, evidente, que a ausência do título não decorreu de inércia do exequente, tendo desaparecido do processo quando este se encontrava em poder da Secretaria do Juízo. Trata-se de informação dotada de fé pública, presumindo-se verdadeira até que se prove o contrário.

Destaque-se que a alegação dos executados/embargantes no sentido de que os originais estariam em poder do exequente - tendo em vista o fato de as cópias juntadas ao processo terem sido autenticadas no mesmo dia do desaparecimento dos originais -, não merece guarida. Tal insinuação não encontra respaldo no contexto fático probatório, nem é coerente com a condição de ser o exequente o principal interessado na localização dos documentos.

Com efeito, o desaparecimento dos títulos seria fato que só prejudicaria a parte exequente, que tem como interesse maior a satisfação de seu crédito.

De igual modo, não merece prosperar a alegação da parte embargante de que não se poderia considerar a execução devidamente instruída, no momento em que fora interposta, por ter sido o comprovante de depósito (fls. 85 dos autos executivos) acostado de forma intempestiva pelo exequente.

Note-se que, *in casu*, a decisão ora recorrida anulou a sentença para determinar o regular processamento do feito executivo, face às circunstâncias específicas dos autos, lastreado no posicionamento adotado pelo STJ, voltando os autos à instância de origem.

Desta feita, verificando o magistrado de primeiro grau, quando do retorno dos autos, que o exequente não se desincumbiu do ônus previsto no inciso IV do art. 615 do CPC (provar que adimpliu a contraprestação), poderá determinar a emenda inicial, conforme disposto no art. 616 do mesmo codex:

Art. 616. Verificando o juiz que a petição inicial está incompleta, ou não se acha acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da execução, determinará que o credor a corrija, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de ser indeferida.

Sobre o tema, observe-se a doutrina de Fredie Didier Júnior, Leonardo Carneiro da Cunha, Paula Sarno Braga e Rafael Oliveira:

"Importante ressaltar que o exequente possui direito subjetivo à emenda a inicial, nos casos em que ela apresente defeito ou irregularidade. Não pode, pois, o magistrado simplesmente indeferir-lhe a sem antes abrir-lhe a oportunidade de consertá-la. Tem ele um dever de prevenção, que decorre diretamente do princípio da cooperação, por meio do qual deve o juiz alertar as partes sobre a existência de irregularidades ou falhas em seus pleitos, em seus argumentos, nas provas colacionadas aos autos ou em sua atuação de



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Jones Figueirêdo Alves

5
413
R

forma geral. Afora isso, a possibilidade de consertar a petição defeituosa é um efeito que se impõe a partir da regra do aproveitamento dos atos processuais" (DIDIER JÚNIOR, Fredie. Curso de direito processual civil. 4ª ed. Salvador: Juspodivm, 2012. v. 5.).

Pode-se afirmar, portanto, que a emenda da petição inicial é um direito subjetivo do autor e constitui cerceamento de defesa o indeferimento liminar da petição inicial, sem que seja propiciada a oportunidade de emenda, quando a mesma é possível.

Desta feita, entendo que a renovação desse argumento em sede de segundo embargos aclaratórios se mostra um intento de nítido caráter protelatório, razão pela qual me reporto aos motivos já expostos nas decisões anteriores, em especial o acórdão ora transcrito.

Assim, as supostas omissões alegadas pelos embargantes foram devidamente apreciadas nas inúmeras decisões decorrentes dos recursos por eles interpostos.

Ressalte-se que é pacífico no Superior Tribunal de Justiça que "O órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão" (EDcl nos EDcl no MS 14.604/DF, Rel. Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, julgado em 09/11/2011).

Desta forma, verifica-se que a decisão recorrida não incorreu em nenhuma omissão, apreciando exaustivamente as questões relevantes para o julgamento da controvérsia.

Em verdade, observa-se que a parte recorrente almeja rediscutir a matéria, o que não se admite pela via dos aclaratórios.

Desta forma, tem-se que a presente decisão deixou clara a motivação expendida, não havendo qualquer omissão, obscuridade ou contradição a ser sanada, pelo que cuido ser conveniente que seus argumentos sejam tecidos no recurso cabível, a fim de ser apreciado pela Instância Superior, caso seja do interesse da parte vencida.

Consequentemente, não estando presentes os requisitos previstos no art. 535 do CPC, impõe-se a rejeição dos embargos.

Posto isto, o meu voto é no sentido de REJEITAR o presente recurso, mantendo incólume a decisão ora vergasta.

Recife, 25 de setembro de 2014

Márcio Figueirêdo

Juiz Márcio Fernando de Aguiar Silva
Relator Substituto